

SALA DA CONSTITUINTE - UMA INICIATIVA DO CENTRO ACADÊMICO XI DE AGOSTO E DA DIRETORIA DA FADUSP, NA LUTA PELA PARTICIPAÇÃO DO POVO NA CONSTITUINTE.

Há dez anos atrás, no pátio interno das Arcadas, o Prof. Goffredo da Silva Telles Jr., leu emocionado, a Carta aos Brasileiros, texto fundamental para a articulação das forças de reação à ditadura militar, convocando a instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte Livre e Soberana no Brasil.

Apesar da continuidade desta luta, representada pelo acendimento de uma pira simbólica, no mesmo pátio das Arcadas, - que não deveria se apagar antes da Assembléia Constituinte - a Constituinte foi mesmo congressual, deixando de lado os adjetivos de livre e soberana que dela se esperava.

As intempéries, porém, não levaram ao desânimo. A reação à feitura de uma "nova" ordem social e política pelo mesmo poder e pessoas que há muito legislavam, foi a criação de um fórum de entidades que discutissem os temas constituintes e mobilizasse a população acerca do momento político pela qual passaria.

Este fórum de entidades, denominado Plenário-Pró-Participação Popular na Constituinte- que também sempre se reuniu na São Francisco- não cuidou simplesmente de críticas, mas pressionou a inclusão no Regimento Interno da Constituinte, da proposta da Iniciativa Popular, pela qual 30.000 cidadãos podem propor emendas aos ante-projetos constitucionais.

Estes são apenas fragmentos de uma história onde o Centro Acadêmico XI de Agosto e a comunidade da FADUSP não estiveram ausentes. Mas mais importante ainda é um momento onde os estudantes, através de sua entidade representativa, e a diretoria de sua Faculdade (eleita por eles mesmos) conseguem realizar uma análise conjuntural coincidente.

É neste sentido que se sente premente uma atuação conjunta que interligue a participação externa da FADUSP nos momentos constituintes ao debate interno entre a comunidade acadêmica.

A SALA DA CONSTITUINTE, a ser inaugurada no dia 1º de junho, segunda-feira, às 20 hs. é o resultado desta análise coincidente e deste trabalho conjunto.

A " SALA DO ESTUDANTE " durante o período constitucional, transforma-se na " SALA DA CONSTITUINTE ", um espaço aberto para centralização e discussão constituinte, além de ser ponto de referência estadual para a coleta de assinaturas das Iniciativas Populares.

Conclamamos todos os estudantes, professores e funcionários da FADUSP a estarem presentes na inauguração neste dia 1º de junho e a participarem do Comitê Pró - Constituinte da FADUSP, que deve se responsabilizar pela condução organizacional e política da Sala.

UMA INICIATIVA DO CENTRO ACADÊMICO XI DE AGOSTO E DA DIRETORIA DA FADUSP, NA LUTA PELA PARTICIPAÇÃO DO POVO NA CONSTITUINTE.

# São Paulo acende a pira pela Constituinte-já

RENATO FALEIROS

RENATO CARLOS DUARTE

Da nossa equipe de reportagem



Em uma manifestação marcada por pequenas rivalidades entre o PMDB e o PT — que de certa forma feriu o seu caráter suprapartidário —, foi iniciada ontem em São Paulo a campanha pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Cerca de 1.500 pessoas

participaram do ato público que começou às 19h43, com o Hino Nacional, no pátio interno da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, e terminou duas horas depois quando foi acesa a pira simbólica que só será apagada no dia em que for eleita a futura Constituinte.

Mais de quarenta entidades estiveram representadas — da seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil, principal promotora da manifestação, às associações e sindicatos de sociólogos, jornalistas, arquitetos, médicos, metalúrgicos, engenheiros, metroviários, químicos, bancários, geólogos, além de políticos de todos os partidos, com exceção do PDS. Apesar disso, foi uma manifestação bem menor que a realizada sábado passado, em Duque de Caxias (RJ), onde foi lançado em nível nacional o movimento pela Constituinte.

O ato da Faculdade de Direito de São Paulo, local de outras grandes manifestações pela redemocratiza-

ção do País, reuniu também líderes das duas centrais sindicais — CUT e Conclat —, e o bispo de Duque de Caxias, dom Mauro Morelli, um dos oradores mais aplaudidos da noite, que defendeu "o direito de os brasileiros convocarem a Constituinte sem pedir licença nem bênção a ninguém". Segundo dom Mauro, esta Constituinte deverá "subverter a ordem em que nos encontramos, do Estado dominando a Nação, para reafirmar com dignidade que somos todos cidadãos do Brasil".

Atritos

Em meio à chamada dos oradores foi anunciada a presença do deputado Aírton Soares, dissidente do PT que votou em Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Durante cinco minutos o público vaiou o seu nome, ouvindo-se gritos de "traidor, traidor", enquanto um grupo de peemedebistas presentes, tendo à frente o deputado estadual José Gregori, tentava abafar os apupos com os seus aplausos. Indo ao microfone instalado sob um tablado no pátio da Faculdade, Aírton declarou que "nada tenho a temer" e disse que "acima dos partidos temos um compromisso com a democracia". A partir daí os grupos de peemedebistas e petistas presentes passaram a disputar aplausos e vaias toda vez que era anunciado um nome.

O ato também foi marcado por críticas ao governador Franco Montoro, que em seu lugar enviou como representante o assessor para assuntos jurídicos, Eduardo Muylaert. O deputado João Cunha (PMDB-SP), por exemplo, lamentou a ausência de Montoro lembrando que o governador havia participado ativamente da luta pela redemocratização do País quando da leitura da "Carta aos Brasilei-

ros" no mesmo local, em 1977 (na época, Montoro era senador).

Entre os representantes de entidades, no entanto, as querelas políticas foram esquecidas para dar lugar à pregação pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte "livre e soberana", como foi enfatizado pela maioria dos oradores. Yves Gandra, presidente da Associação dos Advogados de São Paulo, afirmou que "o Brasil e os brasileiros têm uma lição a dar ao mundo ao superar o autoritarismo com meios civilizados e sem derramamento de sangue". Acrescentou que "o povo brasileiro está politizado para reclamar, definir e elaborar a sua própria Constituição".

A urgência da Constituinte foi outra reivindicação manifestada por quase todos os representantes de entidades. O presidente, da OAB-SP, Márcio Thomaz Bastos, foi enfático ao declarar que a Assembleia Nacional Constituinte deve ser precedida da revogação da legislação autoritária e da mobilização popular. Mas observou que "não podemos admitir que isso possa servir de pretexto ou de má fé para o adiamento da Constituinte". Bastos encerrou seu discurso dizendo que a Constituinte deve ser convocada "já".

Também o presidente nacional da OAB, Mário Sérgio Duarte Garcia, afirmou que a importância da convocação imediata da Constituinte é para evitar que "forças conservadoras possam impedir o seu funcionamento até mesmo em 1986, aproveitando-se da acomodação de outros setores sociais". Como Bastos, Duarte Garcia condenou a simples eleição de um Congresso com poderes constituintes em 86, desejo já manifestado por Tancredo Neves.

## Campanha da Constituinte lançada em SP

Mais de quarenta entidades participaram ontem, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, do lançamento no Estado da campanha pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Cerca de 1.500 pessoas participaram do ato, que começou às 19h43 e foi marcado por pequenas rivalidades entre militantes do PT e do PMDB. Terminou duras horas depois, quando foi acesa a pira simbólica, que só será apagada quando o País tiver uma nova Constituição.

Um dos oradores mais aplaudidos, o bispo de Duque de Caxias, dom Mauro Morelli, defendeu o "direito de os brasileiros convocarem a Constituinte sem pedir licença nem bênção a ninguém".

A ausência do governador Franco Montoro, que enviou um representante, foi criticada. **PÁG. 6**

Folha de São Paulo

31/01/85

Folha de São Paulo 31/01/85

## Entidades organizam plenário aberto para ajudar a campanha

Reportagem Local

A criação de um plenário aberto a todas as entidades para a troca de informações e iniciativas em torno do movimento pela Constituinte foi decidida quarta-feira à noite, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em mais uma reunião dos grupos paulistas que já se articulam para promover manifestações, debates e encontros sobre o tema. A reunião foi coordenada pelo bispo de Bauri, d. Cândido Padin, 60, contando com representantes do PT (núcleo de Pinheiros), do Centro Acadêmico 11 de Agosto (Faculdade de Direito), da Associação dos Docentes da USP (Adusp), dos DCEs da USP, do Mackenzie e da Unesp, da União Nacional dos Servidores, do Movimento Negro Pró-Constituinte, da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), do Movimento Pró-Constituinte de Mauá, da Associação e do Instituto dos Advogados de São Paulo.

A intenção das entidades até agora engajadas no movimento pró-Constituinte é reunir-se na última quarta-feira de cada mês, sempre na Sala dos Estudantes da Faculdade de Direito, para o conhecimento das iniciativas de cada uma e a discussão de atividades em conjunto. O plenário não será, portanto, um comitê de

coordenação ou de iniciativas, mas uma "instância de intercomunicação e de prestação de serviços às entidades", como definiu d. Cândido Padin.

Representantes de todas as entidades vão elaborar um boletim sobre as discussões e as notícias ocorridas dentro do plenário e o Centro Acadêmico 11 de Agosto irá montar um "banco de subsídios" para reunir todo o material de grupos já em mobilização. Explicando o objetivo do plenário, d. Cândido Padin informou tratar-se de um serviço de apoio às mobilizações pela Constituinte, com ênfase especial a tudo o que diga respeito ao desenvolvimento da participação popular no debate sobre a nova Carta constitucional e também, mais tarde nos processos decisórios, que esta prevê.

O plenário, oficialmente, não irá adotar nenhuma proposta conjunta de mobilização, deixando as iniciativas para as entidades que dele participam. A maioria das entidades reunidas até agora, porém, coincide em muitos pontos, como o de que deve haver a defesa da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte com o fim específico de elaborar uma nova Carta, dando também oportunidade à eleição de candidatos avulsos.

## São Paulo faz comício pela Constituinte

Mais de cinquenta entidades já confirmaram presença no ato público pró-Constituinte a ser realizado hoje, às 19 h, no pátio interno da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. O presidente da seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil, Márcio Thomaz Bastos, 49, acenderá a pira que vai simbolizar o movimento em favor da convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

"Pretenhamos um ato ecumênico que manifeste a vontade popular pela convocação de uma Constituinte capaz de produzir uma Constituição moderna e provida de conteúdo social e econômico", disse Thomaz Bastos. Acrescentou que a partir de agora é preciso "procurar, através da mobilização popular, encontrar-se o consenso que represente a real aspiração da sociedade".

O ato público deverá ter também a participação de representantes do governo Montoro, apesar de não ter sido confirmada até o final da tarde de ontem a presença do governador.

Todos os presentes ao comício terão direito à palavra, podendo discursar por um tempo máximo de cinco minutos. Para o presidente da OAB-SP, isso já significa "um bom começo". **PÁG. 6**

Folha de São Paulo 08/02/85

Folha de São Paulo 30/01/85

# Plenário leva propostas a Brasília

Da Reportagem Local  
e do Suplemento de Porto Alegre

Representantes de 130 entidades civis de São Paulo que já aderiram ao Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, criado em janeiro deste ano na Casa do Estudante de Direito da Universidade de São Paulo (USP), têm encontro marcado hoje, às 9h30, no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, em Brasília. Eles irão em caravana entregar a "Carta dos Brasileiros ao Presidente da República e ao Congresso Nacional" ao deputado Ulysses Guimarães, presidente da Câmara, e ao senador José Fragelli, presidente do Senado. A audiência com o presidente José Sarney, prevista para as 15h, até ontem à tarde não havia sido confirmada.

O documento, redigido pelo jurista Goffredo da Silva Telles Júnior, 70, professor da Faculdade de Direito da USP, condena a emenda enviada ao Congresso pelo presidente José Sarney, que prevê a conversão do Poder Legislativo em Assembleia Constituinte, qualificando-a de "arbitrária e ilegítima". O Plenário defende a convocação de eleições diretas, já que "ao povo compete dizer quais são os representantes a que ele confere o poder soberano de fazer a Constituinte". Entre as entidades que encabe-

çam a lista de adesões ao Plenário, estão a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais.

## Esclarecimentos

Goffredo Telles recebeu a imprensa ontem, às 10h, em seu escritório da avenida São Luiz, 268, 11º andar, no centro de São Paulo, para confirmar o encontro em Brasília e fazer alguns esclarecimentos sobre as propostas do Plenário. Inicialmente, ele manifestou seu otimismo com relação aos parlamentares que examinam a emenda do Executivo: "Eles não vão decidir contra a vontade popular". Em seguida, porém, lançou uma dúvida: "Será que não? Eles já fizeram isso antes, na campanha pelas diretas."

A idéia do jurista para fortalecer a campanha pró-participação popular na Constituinte é a de formar plenários como o de São Paulo em todos os municípios brasileiros, "onde o povo possa se manifestar". Entretanto, ele não acredita numa mobilização popular desvinculada de organizações políticas e de classes: "Se o povo não estiver organizado em suas respectivas entidades de classe ou em seus partidos políticos, dificilmente poderá enfrentar o poder econômico. E, se o poder econômico tiver forças para ditar a Constituição, é melhor não ter Assembleia Constituinte". Para ele, o poder econômico assim como o Legislativo devem participar da Constituinte, cada qual representando seus interesses. "Mas, para que a democracia seja autêntica, é preciso criar novos canais de participação popular pois o sistema de representação fracassou e o povo ficou sem representação nos órgãos planejadores", acrescentou Goffredo.

O ideal, na opinião do jurista, seria a existência de candidatos independentes para defender diferentes causas como ecologia, tribos indígenas etc. Ele próprio considera a proposta difícil de ser realizada e, por isso, pretende sugerir aos partidos em Brasília que discutam a Carta dos Brasileiros e lancem nomes de representantes que possam ser eleitos mais tarde para a Constituinte.

## Movimento Gaúcho

Na próxima quinta-feira, o Movimento Gaúcho pela Constituinte, que reúne oitenta entidades da sociedade civil do Rio Grande do Sul, promoverá um ato público no centro de Porto Alegre (RS), para defender também o lançamento de uma Constituinte desvinculada do Congresso.

## Ato público comemora conquistas populares

Um ato público do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte no pátio da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, foi realizado para comemorar as conquistas populares na Assembleia Constituinte. Do ato, participaram várias entidades que compõem o plenário, além de deputados constituintes especialmente convidados. O senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, não pôde comparecer e foi representado pelo deputado Roberto Rollemberg.

As conquistas populares foram bem definidas no discurso do deputado federal José Genoíno (PT-SP). Segundo ele, pela primeira vez, se quebra uma praxe de que as leis devem ser feitas por juristas e na elaboração da Constituinte se permite que o povo dela participe. Genoíno aproveitou para fazer de seu discurso um relato de tantas outras conquistas que culminaram com a participação popular.

Os deputados Adhemar de Barros Filho (PDT), Florestan Fernandes (PT) e Roberto Rollemberg, também estiveram presentes e expressaram seu apoio aos movimentos e iniciativas populares que levem à participação na elaboração da Carta Magna.

## AFASTAMENTO PMDB-PFL

Para o deputado Roberto Rollemberg, o que houve no episódio da eleição da Mesa da Constituinte foi um afastamento e não um rompimento entre o PMDB e o

PFL, o que, segundo ele, não implica por exemplo no apoio ao governo Sarney, e não atrapalha na elaboração da Constituinte. Com isso, o parlamentar peemedebista acha que se abrem oportunidades a novas alianças.

De sua parte a deputada Irma Passoni (PT-SP) acha que o rompimento foi importante porque propicia ao PMDB chance de novas alianças. Ela acrescenta que foi, sobretudo, importante para a Constituinte, porque não era possível que 305 parlamentares do PMDB fossem puxados por liberais, mas agora esses liberais podem se aliar ao partido majoritário.

O deputado Adhemar de Barros Filho acha que a ausência do PFL da Mesa mostra o retrato da liderança do senador Mário Covas. Isso na verdade — segundo Adhemar — exprime a revisão da posição do PMDB que afasta o pessoal da direita e aproxima os progressistas, da esquerda. "O PFL é um partido conservador, mais radical", diz Adhemarzinho. Apesar de tudo, para Adhemar de Barros a Aliança Democrática não está desfeita porque o PFL ainda participa do governo e ao que parece não abre mão dos cargos que ocupa. Da mesma forma, o trabalho da Constituinte não será prejudicado com o rompimento, porque o PMDB como bancada majoritária pode fazer aliança com outros partidos e dar à Constituinte um caráter mais avançado e progressista. (R.M.)

Folha de São Paulo 20/08/85

# Campanha pela Constituinte será lançada hoje em SP

Reportagem Local



A última vez foi em 1945. Os estudantes das Arcadas da Faculdade de Direito do Largo São Francisco em São Paulo, pedindo pela volta do estado de Direito, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e o fim da ditadura getulista. Hoje, quando o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Márcio Thomaz Bastos, 49, acender a pira — símbolo da retomada da luta histórica — às 19 horas, no mesmo cenário, com a presença confirmada até ontem à noite de mais de cinquenta entidades, a campanha pela Constituinte vai à rua de São Paulo.

Será o segundo ato público pela Constituinte. O primeiro foi realizado sábado passado no subúrbio de Duque de Caxias, no Estado do Rio, promovido e organizado por d. Mauro Morelli, ex-bispo da Zona Sul de São Paulo. No ato de hoje são esperadas

mais do que as três mil pessoas que se reuniram na pequena praça carioca. Estarão presentes representações e entidades de matizes ideológicos tão distintos como a CUT e a Conclat; o sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e de São Bernardo, o PT, o PDT e o PTB; o PMDB e o governo Montoro, a Igreja e o Cadeac. "Preferimos um ato ecumênico que manifeste a vontade popular pela convocação de uma Constituinte capaz de produzir uma Constituição moderna e provida de conteúdo social e econômico", explica Thomaz Bastos.

A única unanimidade que permeia todos os participantes é a da necessidade de que se deva convocar a Constituinte. Bastos explica: a vantagem das divergências é que a partir de agora não se pode mais dizer o que deve ser a nova Carta. "Mas sim procurar através da mobilização popular encontrar-se o consenso que represente a real aspiração da sociedade." Acrescenta que a Constituinte "é o ponto de encontro das contradições e das divergências de toda uma sociedade".

Bastos antevê como saudáveis as prováveis divergências durante a campanha. "O que não se pode é usar

este argumento para impedir o início do processo de mobilização. Só através deste movimento é que se vai encontrar o verdadeiro conteúdo que a Constituição brasileira concreta vai ter."

Dois são os argumentos levantados contra a campanha. Primeiro, apertar o povo para ela; segundo, remover o entulho autoritário de vinte anos. Bastos concorda. Entende que o exercício se dará na mobilização e que através dela se pode exigir do novo governo o fim de tudo o que diz respeito à limitação do acesso do cidadão ao direito.

A luta da Ordem dos Advogados do Brasil pela Constituinte é antiga. Em 72, na Conferência Nacional realizada no Rio, já se falava em reconstituição do País, ao mesmo tempo em que se denunciava o desrespeito aos direitos humanos. O tema voltou ainda mais forte em 75, em Salvador. Depois, em 77 em Curitiba, quando o notável Pontes de Miranda defendeu o estado de direito e o fim do arbítrio do Ato Institucional nº 5. Em 80, no Hotel Tropical em Manaus, o tema foi a liberdade. Em 82, em Florianópolis, justiça social. E, finalmente, em 84, em Recife, democratização. Antes, em 1977, foi da tribuna livre do Largo São Francisco que o professor

Gofredo da Silva Telles leu a "Carta aos Brasileiros" pedindo estado de direito já e denunciando a anarquia das instituições jurídicas brasileiras.

Há no meio político um excesso de zelo no trato da questão constituinte. E esta preocupação é ainda maior no que tange ao ato público de hoje. No Palácio dos Bandeirantes, por exemplo, até o final da tarde de ontem não se sabia de que forma o governo Montoro iria se representar no Largo São Francisco. Professor de Direito, político que se esforçou ao largo de sua carreira em se identificar com as conquistas jurídicas, o governador era aconselhado por um grupo de assessores a não participar pessoalmente. A razão: a proposta da OAB de uma Constituinte, aprovada no último congresso, colocava questões como o voto do analfabeto e a possibilidade de candidaturas avulsas, sem a necessidade de partidos políticos a respaldá-las.

Márcio Thomaz Bastos estabeleceu que o grande momento político será a chamada dos que estiverem presentes. Além disso, a palavra será franqueada — por um tempo não superior a cinco minutos — a quem quiser fazer uso dela. "Um bom começo", diz Bastos.

Folha de São Paulo 30/01/85

## Comparato vs. Almino; e a platéia chega ao delírio

O embate entre os dois times parecia inevitável. De um lado, estavam os representantes do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, liderados pelos juristas Dalmo Dallari e Fábio Konder Comparato. De outro, dois representantes da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais: o jurista Miguel Reale Jr. e o promotor paranaense Fajardo Pereira Faria. O confronto, no entanto, para o delírio de uma platéia de oitocentas pessoas que ocupavam o Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), no largo São Francisco, região Central de São Paulo, na última quarta-feira, foi travado entre Comparato e um jogador sem time: o secretário de Negócios Metropolitanos, Almino Afonso, que defendeu a proposta do governo de um Congresso Constituinte.

Durante as duas horas e meia do debate, que teve início às 20h30, o momento mais acalorado foi quando o jurista Comparato, 48, rechaçou, empunhando seu microfone, em pé, os "argumentos pragmáticos" de Almino e defendeu as propostas do Plenário. Foram dezessete minutos, que culminaram com a platéia gritando e aplaudindo em pé. Mesmo dizendo que a situação era constrangedora para ambos, Comparato não poupou críticas a Almino, 56.

O secretário paulista defendeu um Congresso Constituinte baseado em "argumentos pragmáticos", como os altos gastos para a eleição dos candidatos. Segundo ele, a eleição de um Congresso e uma Assembleia não impediria que os representantes do poder econômico fossem eleitos em ambos. "O que vai dar soberania à Assembleia Constituinte é sua composição real. Precisamos encontrar meios de deter as minorias privilegiadas", sustentou.

Sem peso

"Seus argumentos não têm peso", rebateu Comparato. Disse que os atuais congressistas não cumprem seu papel de legislar, quanto mais de representar a Nação numa futura Constituinte. Sobre os custos das campanhas, o jurista lembrou que alguns candidatos foram eleitos em 82 com gastos mínimos. "Se o Congresso tivesse vontade, poderia criar formas hoje para impedir o abuso do poder econômico", disse. Comparato finalizou sua exposição dizendo que não é possível fazer uma Constituinte num país subdesenvolvido sem mudar a ordem econômica e social. "Querem uma mudança de regime, sem derrubar o regime", concluiu.

A reversão do jogo ocorreu logo no início. Reale Jr., 41, disse que não era democrático submeter os membros da Comissão Provisória de Estudos

Constitucionais a uma sabatina. Após afirmar que a Comissão não "tem presunção de realizar um trabalho para ser digerido pela sociedade", assumiu posição pessoal de continuar recebendo sugestões da sociedade durante todo o período de trabalho da Comissão. Recebeu vaias da platéia e uma pessoa lhe perguntou: "Quem escolheu os membros da Comissão?" Reale disse que isso não importava e que exigia respeito da platéia, pois, dos cinquenta membros da Comissão convidados para a sessão, apenas dois estavam presentes. Saiu trinta minutos após o início do debate, alegando compromissos assumidos anteriormente.

Fajardo aplaudido

Para surpresa geral, Fajardo, 38, abraçou as críticas que o Plenário fez em relação à Comissão e a emenda do governo de convocação da Constituinte: "A proposta hoje no Congresso foi de uma profunda infelicidade, na medida em que confunde poder constituinte e constituído", afirmou. Sob aplausos, disse que o ideal é uma Assembleia Constituinte independente do Congresso: "Sarney não pode entrar em colisão com a sociedade e ignorar a aspiração popular de uma Assembleia autônoma". Atacou, ainda, a participação dos senadores eleitos em 82 na Constituinte e ganhou a simpatia da platéia. (Rita Tavares)

Folha de São Paulo 20/09/85